

A COMUNICAÇÃO NA HISTÓRIA

Juremir Machado da Silva*

Resumo

Este artigo examina as condições de produção e pesquisa do fenômeno comunicacional na história. Foca-se não na história da comunicação, mas em suportes da comunicação (mídia) como veículos de cobertura, armazenamento e transmissão de acontecimentos históricos. Analisa também os protocolos de escolha e produção acadêmicos.

Palavras-chave: História; comunicação; ciência

* Juremir Silva é Doutor em Sociologia pela Sorbonne, Paris V, 1995, escritor, historiador, jornalista, radialista, tradutor e pesquisador do CNPq/Brasil. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS de 2003 a 2014. É autor de *A miséria do jornalismo brasileiro*; *As Tecnologias do imaginário*; *O que pesquisar quer dizer*; *História regional da infâmia – o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras, ou como se produzem os imaginários*; *Vozes da Legalidade: política e imaginário na era do rádio*; *Um escritor no fim do mundo: viagem com Michel Houellebecq à Patagônia*; *Getúlio; Solo*; *1930: águas da revolução*; *A sociedade Midiocre – passagem ao hiperespetacular – o fim do direito autoral, do livro e da escrita*; *Jango, a vida e a morte no exílio*; *1964: golpe midiático-civil-militar*; *Correio do Povo: a primeira semana de um jornal centenário*; *Corruptos de estimação e outros textos sobre o golpe hiper-real*; *Diferença e repetição: o que é o imaginário*.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: juremir@pucrs.br

Como narrar?

Nunca havia escrito antes um artigo dito acadêmico em primeira pessoa do singular. Existia uma espécie de interdito. Um tabu do incesto. A terceira pessoa do singular, aprendida nas faculdades de Jornalismo, História e Sociologia, em nível de graduação e pós-graduação, sempre me dava a segurança do suposto distanciamento e a pretensa legitimação científica tão necessária para a aceitação dentro da área, essa esfera, como todas desse universo, ciosa de seus critérios, valores, regras, dispositivos e instrumentos de demarcação. Sei que o uso da primeira pessoa do singular já se tornou comum em certos domínios e para muitos pesquisadores. Não é o meu caso. Cometo aqui a minha primeira transgressão. O que me leva a isso? A necessidade de explorar aspectos da nossa produção intelectual que parecem relegados aos espaços políticos e administrativos. Exemplos: para quem escrever? Por que escrever? Em que formato? É possível escrever um texto acadêmico sem fazer citações de autores nem colocar notas de rodapé? Tais questões podem ser discutidas como produção intelectual ou só cabem sob a forma de manifesto, ofício ou questionamento individual ou institucional? Elas podem ter um estatuto epistemológico ou só valem numa esfera interna sobre metodologia?

É possível em termos da chamada produção intelectual se colocar em situação para analisar os instrumentos da atividade que exercemos? É permitido fazer isso a partir de um ponto de vista particular usando a experiência pessoal, esse estar dentro da ação que a contamina e muitas vezes é esterilizado por meio de práticas narrativas de dessubjetivação? Jogamos um jogo no qual fingimos crer numa objetividade que criticamos cotidianamente e até em certos trabalhos intelectuais? Objetivamos nossas escolhas? Temos consciência de como escolhemos? Quando dizemos que um projeto de pesquisa ou um artigo é mais consistente do que outro, como temos certeza disso? Ou seguimos nossa sensibilidade, nossa experiência, nossas preferências, algum autor citado, um conceito utilizado, uma forma de escrever que nos seduziu, uma visão de mundo coincidente com a nossa?

Devo ter lido Max Weber em excesso no período de formação e fiquei para sempre condicionado pela ideia de “neutralidade axiológica”:

creio que, em verdade, os senhores esperam que eu lhes fale de outro assunto, ou seja, da vocação científica propriamente dita. Em nossos dias e referida à organização científica, essa vocação é determinada, antes de tudo, pelo fato de que a ciência atingiu um estágio de especialização que ela outrora não conhecia e no qual, ao que

nos é dado julgar, se manterá para sempre. A afirmação tem sentido não apenas em relação às condições externas do trabalho científico, mas também em relação às disposições interiores do próprio cientista, pois jamais um indivíduo poderá ter a certeza de alcançar qualquer coisa de verdadeiramente valioso no domínio da ciência sem possuir uma rigorosa especialização. (Weber, 2015, p. 24)

O que é, porém, ser especialista? Qual é, nos termos de Weber, nessa conferência do começo do século XX que se tornaria um texto clássico, a “vocação” do cientista capaz de fazer dele justamente um cientista, não um diletante? O cumprimento rigoroso e disciplinado das regras do jogo científico? A aceitação da norma aprovada pelos pares como um conjunto de dogmas? O respeito a certas formalidades como selo de qualidade? De certa forma, a pergunta que sempre volta ao longo do tempo é: o que faz o discurso da ciência ser um discurso científico?

Avanço um esboço conceitual. Tomo a comunicação como fazendo parte das ciências argumentativas, que não podem ser resumidas a conclusões unívocas sob o modelo de resultados inequívocos ou de formalizações objetivas com pretensão à universalidade intemporal. Nesse sentido, todo texto de comunicação é um lance argumentativo¹ a ser colocado na mesa de negociações permanentes. Como de fato julgar cada lance? Podemos nos contentar com a solução realista: os pares decidem. Nessa aposta, pragmática, ganha-se em resolutividade e perde-se em objetividade. A escolha final é sempre a do convencimento, um dar-se por convencido, uma fresta por onde penetra a subjetividade sem, a partir desse ponto, precisar se desculpar ou se constranger com a sua zona de sombra. Não seria essa a grande aporia das Ciências Humanas? Um conhecimento aceite como verdadeiro porque acreditamos na sua verdade, não na sua prova. Evidentemente que o terreno se torna pantanoso: o que é prova? O que é verdade? Em certos momentos, contudo, essas dúvidas são descartadas sob um regime de autoridade, pois chega a hora de decidir o que é melhor, e o melhor deve ser o que convence mais da sua verdade por seu rigor demonstrativo. Estabelece-se um círculo em que certas palavras – rigor em lugar de verdade – substituem outras para encobrir o desgaste

1 Jean-François Lyotard (1986, p. 17) sustenta que “falar é combater”. Para ele, cada enunciado faz parte de uma espécie de jogo que não necessariamente precisa ser vencido. Segundo ele, “pode-se realizar um lance pelo prazer de inventá-lo”. As discussões, porém, não são normalmente destituídas de interesses que se afirmam com a superação de adversários. Nesse sentido, cada lance “científico” também é parte de uma lógica de combate.

da engrenagem e a impossibilidade de sair do encurralamento. De certo modo, cada um parece dizer: eu sei que é o falso, mas não o que é verdadeiro.

Voltamos a Max Weber (2015, pp. 35-36). A ciência é o caminho da verdade incontestável tão sonhado por aqueles que clamam por esclarecimento? Como se pavimenta essa estrada para a revelação?

Voltemos atrás. Qual é, afinal, nesses termos, o sentido da ciência enquanto vocação, se estão destruídas todas as ilusões que nela divisavam o caminho que conduz ao “ser verdadeiro”, à “verdadeira arte”, à “verdadeira natureza”, ao “verdadeiro Deus”, à “verdadeira felicidade”? Tolstói dá a essa pergunta a mais simples das respostas, dizendo: ela não tem sentido, pois que não possibilita responder à indagação que realmente nos importa – “Que devemos fazer? Como devemos viver?” De fato, é incontestável que a resposta a essas questões não nos é tornada acessível pela ciência. Permanece apenas o problema de saber em que sentido a ciência poderia ser de alguma utilidade para quem suscite corretamente a indagação. Weber (2015, pp. 35-36)

O que realmente importa fica de lado? Para que serve uma ciência que não diz o que mais desejamos saber? Cientista é aquele que sabe o que não pode perguntar? O edifício acadêmico das humanidades parece estruturado sobre uma tese, no sentido mais literal dessa palavra, a da superioridade da teoria sobre a contingência dos fatos, que podem ser contados sob a forma de reportagens. Descartado o fato de que parte considerável dos trabalhos ditos teóricos se restringe à exploração de bibliografia, sem formulação de uma teoria original, fiquemos com o principal: não estaria embutida nessa preferência uma utopia da explicação universal abstrata capaz de superar em definitivo a pontualidade dos acontecimentos concretos? Muitas teorias engenhosas e inéditas têm sido formuladas e quase todo pesquisador sonha em se consagrar concebendo a teoria geral de seu campo ou disseminando conceitos, esses termos ordenadores do caos existencial cotidiano.

Se decido narrar como a imprensa cobriu a abolição da escravidão no Brasil, qual teoria pode dar conta prévia ou posteriormente desse procedimento? Por que não se aceitar uma hipótese atrevida e *ad hoc*: o historiador ou aquele que se coloca nessa condição é um repórter que cobre o passado. Nesse sentido, a pesquisa é uma grande reportagem com o objetivo de fazer falar por via dos documentos todas as partes possíveis envolvidas nos acontecimentos e nas controvérsias. O que fica subtendido? Que talvez a mais profunda pesquisa não culmine numa teoria geral da cobertura jornalística de abolições de escravidão, mas na descrição densa,

narrativa multivocal, de uma situação singular com interfaces mais amplas. E se o que realmente contar nessa narrativa for o singular e não o recorrente? Contar para quem? Justamente, para quem? Para um leitor anônimo que, como contribuinte, também financia a pesquisa, ou apenas para a comunidade acadêmica que fixa encastelada os critérios de validação do relato fornecido?

Um relato: “lenda da criação do preto”

Examinemos um caso concreto. Ao pesquisar sobre o longo processo que levaria à abolição da escravidão no Brasil, deparei-me com um texto, publicado em 11 de setembro de 1887, no jornal *A Província do Espírito Santo*, intitulado “Lenda da criação do preto”. O texto, estampado na primeira página, simula uma parábola bíblica:

no tempo da criação do mundo, Satanás vendo o Padre Eterno criar Adão, de um pedaço de barro, quis também fazer o mesmo. Pegou num pedaço de argila, deu-lhe as mesmas voltas que vira dar-lhe Deus, e depois insuflou-lhe a vida num sopro. Mas com grande espanto e com grande raiva sua, esse bocado de barro, como tudo o mais que ele tocava, ficou negro: – o seu homem era um homem preto. Ali ao pé corria límpido e transparente o branco rio Jordão. Satanás teve uma ideia, lavar o seu homem para lhe tirar a negrura. E [Satanás] pegou nele pela cintura como se pega num cachorro e mergulhou-o no rio. Mas as águas do Jordão afastaram-se imediatamente, enojadas com aquela negrura, e o homem de Satã, o primeiro negro, apenas mergulhou os pés e as mãos no lodo. E por isso só as palmas das mãos e dos pés ficaram brancos. Furioso com o seu desastre, Satanás perdeu a cabeça, e pespegou um famoso murro na cara do seu negro que lhe achatou o nariz e lhe fez inchar os lábios. Pode-se imaginar o riso dos leitores! Pode-se imaginar a dor dos negros. Pode-se imaginar a indignação dos que combatiam o racismo. O negro, como totalidade, sai de um molde hediondo: o desgraçado preto pediu misericórdia, e Satanás, passado o primeiro momento de fúria, compreendendo que no fim de contas o negro não tinha nenhuma culpa de ser assim, teve dó dele, arrependeu-se de repente do seu gênio e acariciou, passando-lhe a mão pela cabeça. Mas a mão do diabo queima tudo em que toca: crestou o cabelo do negro como se os seus dedos fossem ferro de frisar. E foi daí que o preto ficou com carapinha. Si non é vero...

Essa tirada se completa com é “bene trovato”, expressão usada pelos imigrantes italianos que entraram no Brasil no século XIX para substituir a mão de obra escrava. É uma narrativa. Insere-se no contexto de um país escravista, que manteve essa infame instituição por mais de trezentos anos. A descoberta desse texto, que permite interpretações e leituras sobre o imaginário da época, não depende de qualquer teoria prévia ou de guarda-chuva conceitual englobante. Apresenta-se como um dado concreto resgatado que fala por si. Evidentemente que as interpretações serão diversas. Um dirá que se trata apenas dos valores da época. Outro, como eu, verá nisso uma marca da infâmia universal em suas facetas regionais e singularizadas. O essencial continuará a ser a janela para esse passado hediondo encoberto por camadas de “naturalização”.

Um jornal que se dizia liberal, com espaço para textos abolicionistas, comprazia-se na publicação de um manifesto racista. Todos eram racistas então? Não. A luta pela abolição foi, em grande parte, uma guerra ao racismo. Todos os paradoxos são possíveis. Havia até mesmo abolicionistas racistas que defendiam a liberdade dos negros como uma concessão humanista aos seres inferiores. Qual a utilidade de prestar a atenção nesse texto? Simples: pensar o historiador, o “cientista” da História, como um repórter que descobre dados sobre o passado capazes de levar a um entendimento mais completo de algo que se encobre ou é encoberto pelas camadas do tempo e das narrativas que tentam descobri-lo. A “vocação” do repórter não é a teoria, mas a narrativa do fato. Por que a do historiador seria realmente diferente? Eis uma teoria? Pode ser. Uma teoria de relativização da teoria. Não há fatos? Essa teoria peca por exagero. O Brasil aboliu a escravidão em 1888, não em 1700 ou qualquer outra data. Fato. Não é disso que se fala quando se nega a existência de “fatos”, de “fatos crus”, sem mediação narrativa?

Sim e não. Sim, é disso que se trata, de identificar dados incontestáveis. Não servem pela simplicidade que os cerca? Já se está no jogo dos “lances” argumentativos. Não, não é disso que se trata, mas de situações mais complexas nas quais a clareza do fato não se revela. A existência de dúvidas sobre determinados acontecimentos não pode levar à conclusão de que tudo é dúvida e de que pairam dúvidas sobre todos os fatos. O racismo no Brasil, como se vê na falsa parábola da lenda da criação do preto, foi disseminado, alimentado, reforçado, ampliado, atualizada pelas tecnologias de comunicação da época. O texto está lá para fortalecer o racismo ou por ser o racismo uma força dominante e disseminada?

Essa é uma velha e paradoxalmente atual questão. Não interessa encontrar aqui uma resposta para ela. A tese, por assim dizer, que se destaca é esta: as

“teses”, teorias, passam. Os fatos ficam. Podemos teorizar sobre os significados dessa “lenda da criação do preto”. Ela, no entanto, é o material que possibilita a reflexão, sem o qual a análise não passa de uma abstração vazia e estéril. Por vezes, há muita teoria e pouca história, muita narrativa e pouca substância, muito verbo e pouca carne, muita generalização e pouca singularidade.

Pesquisa e narrativa

Não é difícil catalogar três patamares de pesquisa e produção de textos: levantamento de dados para narrativas com novas informações documentais ou de campo; formulação de novas teorias; reflexão sobre as condições de produção de pesquisa e de seus relatos. Nenhum texto é relatório. Essa ideia amputa o caráter argumentativo de uma disciplina como a comunicação. A ciência comporta um espaço especulativo, reflexivo, de exploração de suas próprias condições de atuação. Ela comporta também polêmica, disputa de posições, competição e combate em torno da validade das suas regras. Não estaríamos sobrevalorizando a teoria em detrimento da narrativa de acontecimentos por uma espécie de complexo de inferioridade na medida em que as Ciências da Comunicação se articulam com a formação em nível de graduação de jornalistas? Não seria uma maneira de demonstrar um distanciamento com a falta de cientificidade da reportagem? Essa forma de agir suscita questões que normalmente não encontram foro de debates: sobre o que estamos pesquisando e escrevendo? Para quem? Com que fins? Com que valores?

Ousemos agora um exemplo imaginário caricatural: se escrevo sobre a interface entre o conceito de “dissonância reativa” na obra de X com o conceito de “reatividade dissonante” na obra de Y numa perspectiva pós-epistemológica e obedeço estritamente ao protocolo de formatação, a quem estou servindo? Não se trata de invalidar essa possibilidade, mas de se proteger de uma perspectiva unitária. Que formas de conhecimento a ciência que praticamos aceita e até que ponto essas formas são as melhores, as mais prospectivas, os seus limitadores foram suficientemente discutidos e legitimados ou se perpetuam com base numa espécie de mito de reafirmação da própria cientificidade?

Citarei Paul Feyerabend aqui menos pelo procedimento de legitimação, visto que suas ideias já não impressionam muita gente, do que pela possibilidade de exploração do seu argumento, o que me parece o mais importante na sua esfera.

É verdade que incorrerei numa contradição ao fazer citações num texto que pergunta se é possível apresentar uma publicação académica sem esse tipo de recurso de gênero. Tomo o discurso académico por um gênero com suas marcas distintivas incontornáveis, sendo a citação certamente a mais evidente:

a ideia de que a ciência pode e deve ser elaborada com obediência a regras fixas e universais é, a um tempo, quimérica e perniciosa. É quimérica pois implica visão demasiado simplista das capacidades do homem e das circunstâncias que lhes estimulam ou provocam o desenvolvimento. E é perniciosa porque a tentativa de emprestar vigência às regras conduz a acentuar nossas qualificações profissionais em detrimento de nossa humanidade. Além disso, a ideia é prejudicial à ciência, pois leva a ignorar as complexas condições físicas e históricas que exercem influência sobre a evolução científica. Torna a ciência menos plástica e mais dogmática: cada qual das regras metodológicas se vê associada a pressupostos cosmológicos, de modo que, recorrendo à regra, damos por admitido que os pressupostos sejam corretos. (Feyerabend, 1977, p. 449)

O “anarquismo epistemológico” de Paul Feyerabend está fora de moda e pode ser alvo de deboche como se não passasse de um delírio anarquista e poético datado ou feito para chocar cientistas. O que ele contesta ou explicita? A ideia de que a ciência deve ser exclusivamente um campo de obediência a regras estritas e controlada previamente por um protocolo normativo categórico. Nunca é demais lembrar o conceito de “campo” do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. (Bourdieu, 1977, p. 57).

Se Feyerabend defende um transbordamento metodológico que pode aproximá-lo de uma perspectiva transdisciplinar, Bourdieu mostra que cada campo é perpassado por conflitos, disputas de poder e movimentos que podem ser lentos ou abruptos, mas não se afastam de um centro. A legitimação não se dá de uma vez por todas nem a partir de critérios permanentes. Ao unir num mesmo artigo uma questão metodológica e uma questão política, o que também se reflete nas

citações escolhidas de Feyerabend e Bourdieu, tento indicar que a definição de objetos, recortes e ferramentas de pesquisa não se dá fora de contextos institucionais em permanente tensão. A obediência ao regulamento em vigor pode ser uma estratégia adequada para atingir determinados fins, mas nem sempre será o melhor para o conhecimento, essa meta que permanece como o grande ideal.

História, comunicação e gêneros discursivos

As Ciências Humanas no Brasil, seguindo o modelo das chamadas ciências duras, têm preferido publicações em periódicos do que em livros. Trata-se de uma confissão implícita sobre a dificuldade de aferir a qualidade dos livros, que, no entanto, fazem parte da tradição das humanidades. Muito livro para poucos avaliadores em pouco tempo de leitura. Sem contar, a subjetividade. Um caminho sempre foi deixar o “tribunal das reputações”, que atua ao longo do tempo, realizar o seu trabalho de seleção, decantação, conservação e valorização. Outra possibilidade é usar fatores de impacto. Medir quem é citado. Equivale, por analogia, a estabelecer um juízo de valor sobre a qualidade de um filme experimental a partir do número de ingressos vendidos para vê-lo. Na era da aceleração total, tudo deve ser imediatamente esquadrinhado, mensurado, controlado, catalogado, avaliado, classificado, “ranqueado”. Uma ilusão de objetividade quantificável serve de paradigma. Disciplinas de convencimento, as Ciências Humanas não se livram do fetiche da demonstração.

Na polêmica entre livros e revistas, as inconsistências são flagrantes. Na comunicação, as revistas são pouco citadas, o que baixa as suas notas. Por quê? Por que as revistas são ruins? Não. Porque nossas citações são de legitimação, de autoridade. Pouco citamos colegas em atividade, pois eles ou são concorrentes ou não lhes damos nem queremos dar reconhecimento. Quem citamos? Autores de referência, que avalizam o que estamos dizendo e nos permitem mostrar erudição, além da possível pertinência das suas ideias. Vamos de Sócrates a Michel Maffesoli, passando por Nietzsche, Gilles Deleuze, Michel Foucault, Umberto Eco e outros de menor ou maior grandeza. Ou seja, em revistas, citamos livros. Mas os novos livros estão condenados, pois qualquer um pode publicar um livro sem passar pelos crivos dos periódicos. O tempo de maturação de um texto é longo. A ciência tem suas mitologias. Uma delas é de que tudo deve contar para o avanço do conhecimento. Nas Ciências Humanas, construímos narrativas que, quando convencem, mesmo se não fazem “avançar” o conhecimento, podem produzir

consequências, afetar a maneira de viver. Quando todo mundo postula ser doutor, todo mundo deve produzir uma narrativa e publicá-la. Encontrar quem a cite é outra coisa. Numa disputa por legitimidade, vamos beber em fontes confirmadas. Artigo científico precisa de citações. Faz parte do gênero. Quando citaremos uns aos outros? É possível que isso vire uma estratégia para elevar o “capital” de certas revistas. Cada um emprega, na sua disputa dentro de um campo, como diz Pierre Bourdieu, o que lhe parece mais eficaz.

Um leitor que não viva as dores e as delícias do mundo acadêmico poderá imaginar que há muito debate público sobre esse tipo de coisa. Por exemplo, na internet. Nem tanto. Por medo ou estratégia, muitos silenciam. Os dominantes fazem a lei. Os dominados temem queimar-se ou nunca chegar a ser dominantes. Joga-se mais nos bastidores do que na esfera pública, onde qualquer afirmação mais contundente pode ser considerada ofensiva ou fora do padrão implícito. O mesmo vale para linhas de pesquisa e objetos abordados pelos seus pesquisadores. O que pode pesquisar na história um profissional da comunicação? A história da própria comunicação? Ou também é possível pesquisar na comunicação (jornais, por exemplo) a própria história, a história em geral? Qualquer escolha coloca ao pesquisador um problema: seguir a regra ou confrontá-la? Ampliar o campo ou atuar dentro de um perímetro supostamente definido? As Ciências Humanas podem ter singularidades sem deixar de ser ciências? O fato de serem ciências argumentativas pode dar-lhes a condição de exigir parâmetros especiais? O aspecto central continua sendo o da legitimação. Como um pesquisador se legitima dentro de um campo pertencente a um universo que se define circularmente: é científico porque os cientistas assim o afirmam? Não poderia ser diferente na medida em que não há olhar externo capaz de assegurar a legitimidade do processo.

Lyotard provoca:

o jogo da ciência implica então uma temporalidade diacrônica, isto é, uma memória e um projeto. Supõe-se que o remetente atual de um enunciado científico tenha conhecimento dos enunciados precedentes que dizem respeito a seu referente (bibliografia) e não proponha um enunciado sobre esse mesmo assunto a não ser que ele difira dos enunciados precedentes. O que se chamou de ‘acento’ de cada performance é aqui privilegiado em relação ao ‘metro’ e, ao mesmo tempo, à função polêmica deste jogo. Esta diacronia supondo a memorização e a pesquisa do novo delineia em princípio um processo cumulativo. O ‘ritmo’ deste, que é a relação entre o acento e metro, é variável. (Lyotard, 1986, p. 48)

Não estará o campo das Ciências Humanas, com seus diferentes subcampos, Ciências Sociais, Comunicação, demasiadamente centrado na demonstração, improvável ou impossível, do conhecimento dos enunciados anteriores, fazendo dos trabalhos acadêmicos em todos os seus níveis um gênero dominado por citações, abundantes, como aqui, que funcionam como fatores de legitimação pela autoria, a reputação do citado, e pela erudição de quem cita (bibliografia)?

Lyotard defendeu que a ciência do final do século XX estava dominada pelo desempenho, obcecada pela performance desejada pelo capitalismo. O desenvolvimento da tecnologia afetaria a ciência obrigando os cientistas a sofisticar “os meios de provar”, o que teria consequência sobre o acesso aos recursos públicos para manter estruturas de pesquisa e continuar em atividade.

A repartição dos fundos de pesquisa pelos Estados, empresas e sociedades mistas obedece a esta lógica do aumento de poder. Os setores de pesquisa que não podem pleitear sua contribuição, mesmo indireta, à otimização das performances do sistema, são abandonados pelos fluxos de crédito e fadados à obsolescência. O critério do bom desempenho é explicitamente invocado pelas administrações para justificar a recusa de apoiar este ou aquele centro de pesquisa. (Lyotard, 1986, p. 85)

Vitória da lógica pragmática descrita por Bourdieu em relação às proposições epistemológicas radicais de Paul Feyerabend? Nessa hipótese, jogar com o regulamento, para continuarmos na metáfora agonística de Lyotard, parece ser a estratégia mais adequada para se ter acesso aos resultados. Se o pesquisador amplia os limites do campo, corre o risco de ser excluído? Se busca formatos discursivos mais abertos, se prefere o livro ao artigo, se constrói livros ancorados em pesquisa exaustiva de campo ou de arquivos, mas opta por narrativas que não se configuram como relatórios, afeta a legitimação pelo desempenho e pelo procedimento? Bourdieu referia-se brutalmente à existência de dominantes e dominados em cada campo. Lyotard denunciava o corte de recursos para quem foge do padrão. Feyerabend conclamava os pesquisadores a colocar a busca do novo, a lógica da descoberta, acima das estratégias institucionais. O dilema permanece. Salvo se a cultura da legitimação pelo desempenho já venceu. A um texto só se pode fazer uma pergunta: o que diz? As demais – “quem diz?”, “por que diz?”, “com quem diz”, “de onde diz” – são excessivas. O autor morre quando o texto vive. A ciência viceja quando se questiona e auto critica.

Breve conclusão

Como pesquisador eu me deparo a cada dia com uma tensão angustiante: ampliar meu campo de observação ou me restringir ao que me parece ser o permitido e validado com pontos e recursos? Narrar conforme um modelo ou tentar alargar os limites narrativos recorrendo a procedimentos de outros campos? Orientar o meu trabalho pelo pragmatismo aprendido com Bourdieu ou pelo idealismo percebido na obra de Paul Feyerabend? Tomar a análise de Lyotard como a descrição de uma ruptura libertadora de paradigma, a passagem da modernidade à pós-modernidade, ou como a denúncia de um novo dogmatismo que se mostra violento, impiedoso e cada vez mais arrogante?

Ao recorrer a exemplos concretos – o que na história pode ser objeto da comunicação e como narrar em livro o resultado de uma pesquisa – pretendi abordar um tema do mundo “real” de muitos pesquisadores como eu. Por um lado, experimentamos cotidianamente a tentação do recurso a técnicas multifacetadas de coleta de dados e de narração dos resultados de nossas investigações. Por outro lado, voláteis e sensíveis a intuições, sentimos que devemos restringir nossos movimentos para não sofrermos impugnação por falta de pertinência, perda de foco ou por ausência de rigor e de cientificidade. Por vezes, em meio a essa inquietação, surge uma questão: a Sociologia da Ciência estaria mais apta a explicar as nossas escolhas do que a Epistemologia?

Um crítico qualquer deste artigo poderia responder ironicamente que sim e apontar a escolha de Paul Feyerabend, Jean-François Lyotard e Pierre Bourdieu para ancorar esta discussão como epistemologicamente insustentável e só explicável do ponto de vista de um embate político pela Sociologia da Ciência. Paul Veyne fez uma provocação pertinente: “certo, o positivismo não é mais do que um programa relativo... e negativo. Somos sempre o positivista de alguém, de quem negamos as racionalizações” (1998, p. 233). Nesse sentido, posso estar acusando indiretamente de positivismo, numa generalização involuntária, todo, ou quase, um campo de pesquisa. O interesse, porém, é outro, ir das racionalizações a uma racionalidade dialógica ecoando Edgar Morin:

a epistemologia complexa terá uma competência mais vasta que a epistemologia clássica, sem todavia dispor de fundamento, de lugar privilegiado, nem de poder unilateral de controle. Estará aberta para certo número de problemas cognitivos essenciais levantados pelas epistemologias bachelardiana (complexidade) e piagetiana

(a biologia do conhecimento, a articulação entre lógica e psicologia, o sujeito epistêmico). Propor-se-á a analisar não somente os instrumentos do conhecimento, mas também as condições de produção (neurocerebrais, socioculturais) dos instrumentos de conhecimento. (Morin, 1999, p. 31)

Precisamos investir numa epistemologia complexa para irmos além das situações restritas à Sociologia da Ciência e assim entrarmos num universo mais complexo, talvez até mais generoso, sem perder o rigor, da produção de conhecimento, renovando a vocação da ciência como descobrimento? A forma está formando ou deformando o resultado? São questões para um debate fora dos espaços administrativos. E agora? Continuamos conformados e conformistas ou inventamos outras utopias, inclusive a de uma ciência mais aberta? Atravi-me a escrever este texto misturando primeira pessoa do singular e do plural para contemplar meus múltiplos. No passado, escrevi que eu tinha mão pesada e coração leve. O que resultara nesta ideia:

o mito da imaginação no poder decompôs-se. O poder fragmentou-se e perdeu a aura. Passou-se a negociar com ele. O poder deixou de ser o outro. Os analistas surpreenderam-se. Os meios de comunicação de massa serviram de bodes expiatórios. Urgia explicar os fatos. Recorreu-se ao simplismo. No horizonte, um novo irracionalismo aterrorizava. A humanidade perdeu o destino prefixado. As grandes narrativas explicadoras da história naufragaram. (Silva, 1996, p. 121)

Claro que era um discurso meio empolado, em busca de reconhecimento, de terno e gravata, entre o velho pessimismo e um novo otimismo. Ser otimista era algo muito suspeito. Quando foi isso? Quando eu ainda tinha a “vocação” para a objetividade científica disciplinar total.

Repito o que então me ofuscou: olho para trás e digo sem vacilar: está melhor hoje. Poderá e deverá ser ainda melhor amanhã. Quem me garante? Ninguém. Perdemos as supostas garantias, inclusive as científicas. Ganhamos a aventura de tentar. Abandonamos a crença no futuro redentor e na emancipação total. Aprendemos que o presente é cheio de imperfeições, mas é nele que se vive e, portanto, o melhor é tentar viver, aqui e agora, da melhor maneira possível. Tudo era tão sério. Havia tantas contas a acertar. O melhor dos mundos foi para a lata do lixo. Um mundo melhor é a utopia de cada um de nós. Um mundo melhor pode ser um sorriso na volta da esquina. Em Ciências Humanas, especificamente

em História e Sociologia, a grande aventura é “cobrir” o passado para tentar descobrir o que ele pode-nos revelar como matéria para interpretações que nunca deixarão de ser narrativas, mas jamais poderão ser ficções nem relatórios objetivos de uma formalização matemática.

Referências

- BOURDIEU, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FEYERABEND, P. (1977). *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- LYOTARD, J. F. (1986). *O Pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MORIN, E. (1999). *O Método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina.
- SILVA, J. (1996). *Anjos da perdição: futuro e presente na cultura brasileira*. Porto Alegre: Sulina.
- VEYNE, P. (1998). *Como se escreve a história*. Brasília: UNB.
- WEBER, M. (2015). *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.